

Violência, monumentalidade e poder: o conflito alexandrino de 38 d.C.

Violence, monumentality and power: the Alexandrine conflict of 38 AD

Nicodemo Valim de Sena*

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a relação que existe entre violência, monumentalidade e poder na formação e afirmação da identidade de gregos, egípcios e judeus. Para tanto, buscamos compreender por meio da obra *In Flaccum* e *Legatio ad Gaium*, de Filo de Alexandria, como alguns edifícios de Alexandria (ginásio, teatro e sinagoga) foram destruídos, apropriados e ressignificados durante o Conflito de 38 d.C.

Abstract: This article aims to analyze the relationship between violence, monumentality and power in the formation and affirmation of the identity of Greeks, Egyptians and Jews. Therefore, we sought to understand through the work *In Flaccum* and *Legatio ad Gaium* by Philo of Alexandria, as some buildings of Alexandria (gym, theater and synagogue) were destroyed, appropriated and reinterpreted during the Conflict of 38 AD.

Palavras-chave:

Alexandria;
Conflito;
Violência;
Monumentalidade;
Identidade.

Keywords:

Alexandria;
Conflict;
Violence;
Monumentality;
Identity.

Recebido em: 10/05/2016
Aprovado em: 15/06/2016

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHis) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Em 38 d.C., durante o principado de Calígula, eclodiu uma revolta em Alexandria, capital da província romana do Egito. Tal conflito envolveu três grupos étnicos da população da cidade: gregos, egípcios e judeus. As principais fontes acerca do Conflito de 38 d.C. são as obras de Filo de Alexandria, *In Flaccum* e *Legatio ad Gaium*. Os elementos constitutivos da paisagem urbana da cidade, tais como ginásio, teatro e sinagogas, permeiam as duas obras de Filo e, em todos esses locais, atos de violência foram cometidos contra os judeus em 38 d.C., por isso o objetivo principal deste artigo é estudar a relação entre violência, monumentalidade e poder no desenrolar do conflito.

Alexandria foi fundada em 331 a.C. A cidade foi construída próximo do ponto de confluência de dois continentes (África e Ásia), em uma estreita faixa de terra situada entre o Lago Mareóti e o Mar Mediterrâneo, no ângulo esquerdo do Delta (PINSKY, 1971, p. 64). O bom posicionamento geográfico da cidade foi aproveitado pelos soberanos lágidas, dinastia também conhecida por ptolomaica, que governou o Egito após a morte de Alexandre, o Grande, perpetuando-se no poder por quase 300 anos. Alexandria, como capital, foi a grande beneficiária do sucesso da administração ptolomaica. Vários fatores contribuíram para o crescimento da cidade, desde sua posição geográfica favorável que permitia uma intensa atividade comercial, até os investimentos realizados na estrutura física da cidade, como pavimentação de ruas, construção de portos e de imponentes edifícios, enfim, investimentos que demonstravam a riqueza dos Ptolomeus e conferiam à cidade um caráter monumental.

Alexandria se tornou uma terra de oportunidades, o que a transformou em destino de um grande número de imigrantes oriundos de distintas regiões, como da Grécia continental, da Macedônia, da Trácia, das ilhas do Egeu, da Coele-Síria e da Ásia Menor. Alexandria era uma cidade cosmopolita, atraía pessoas, sua diversidade populacional a caracterizava como um "mosaico cultural", pois diferentes povos trouxeram para ela diferentes culturas, religiões, línguas e valores (CLÍMACO, 2007, p. 18). Ainda que um mosaico forme um todo complexo, — uma figura ou uma imagem — ele é composto por diversos fragmentos que possuem suas diferenças em relação aos demais. Assim, interpretamos o papel das diversas etnias que compunham o quadro social de Alexandria que, apesar de repartirem um mesmo espaço, possuindo alguns traços semelhantes, reconheciam suas marcas de identidade (passado comum, mesma origem, características biológicas) e demarcavam suas diferenças, o que é evidenciado por meio dos etnônimos, como gregos, egípcios e judeus.

Os gregos integravam o grupo privilegiado da cidade. Descendiam dos fundadores, possuíam título de cidadão, desempenhavam importantes funções administrativas e também militares no governo ptolomaico. A cidade de Alexandria foi organizada segundo

o modelo grego, possuindo *demos*, *boulé* (que depois foi suprimida) e *ekklésia*. A cultura grega se sobressaía, na medida em que valores próprios dessa cultura eram infundidos nas diversas instituições, como Museu, Biblioteca, teatro e ginásio. A posse da cidadania grega abria as portas para a participação na vida pública da cidade. O cidadão podia participar de conselhos e instituições, como o ginásio. Apesar dessa proeminência grega, as trocas culturais eram constantes e elementos da cultura egípcia passaram a fazer parte da vida dos gregos alexandrinos, tanto na esfera administrativa, a exemplo da adoção do sistema de pesos e medidas e do calendário faraônico, como na esfera religiosa, com a criação de um culto misto a Serápis, e até mesmo nos rituais funerários, com a utilização da mumificação e do *Livro dos Mortos* (JONES, 1998, p. 331; CLÍMACO, 2007, p. 18; WILLIAMS, 2004, p. 55-56; BOWMAN, 1986, p. 125).

Os egípcios, por sua vez, também estiveram presentes desde a fundação da cidade e é provável que, nos anos iniciais, sua população fosse superior à população grega. Ao fundar Alexandria, Alexandre incorporou aldeias egípcias existentes nas proximidades, a exemplo de Racótis, antiga aldeia de pescadores que se transformou no bairro egípcio de Alexandria, local que sediava o templo de Serápis. Além disso, habitantes de Canópos e outras cidades egípcias da região foram transferidos para Alexandria para trabalharem na construção da cidade. Apesar da predominância de gregos na administração ptolomaica, alguns egípcios proeminentes, como o sacerdote Manethon, o escriba Wennefer e o nomarca Nectanebo figuraram na alta burocracia de Ptolomeu Sóter. Na esfera cultural, apesar dos enfrentamentos, os egípcios mantiveram algumas prerrogativas. A língua egípcia não deixou de existir e, no campo religioso, apesar de fazer concessões aos gregos, dando oportunidade ao culto dos reis e às divindades do panteão helênico, a cultura egípcia prevaleceu, principalmente nos ritos funerários (PINSKY, 1971, p. 66; VASQUES, 2005, p. 26; LOBIANCO, 2006, p. 334)

Da mesma forma que gregos e egípcios, a presença de judeus também remontou aos anos iniciais de Alexandria e foi motivada por razões políticas e econômicas. A maioria dos judeus que inicialmente chegaram a Alexandria eram escravos, mas, ao serem libertados, optaram por permanecer na região e pouco a pouco foram integrados na vida local. *Grosso modo*, os judeus possuíam um bom relacionamento com os Lágidas e, por isso, conseguiram alguns benefícios, como o de possuírem um *politeuma*,¹ de construir sinagogas e de manter seus costumes religiosos. Os judeus foram estabelecidos no bairro Delta, mas a população judaica cresceu muito, tornando Alexandria um dos maiores centros da Diáspora. Devido a esse fato, espalharam-se pela cidade e passaram a viver

¹ O *politeuma* era uma corporação cívica que possuía certa autonomia administrativa e judicial sobre seus membros.

em outros bairros, até mesmo no Beta, que era o principal bairro grego, conhecido como Brucheion (PINSKY, 1971, p. 97-109; BOWMAN, 1986, p. 123).

Os judeus adotaram muito dos hábitos locais, como o uso da língua grega e da indumentária. Alguns chegavam mesmo a helenizar seus nomes. Havia judeus que se consideravam cidadãos, mas, apesar de compartilharem alguns direitos em comum com os cidadãos alexandrinos, os judeus eram estrangeiros com direito à residência, sendo poucos os que realmente conseguiram o título de cidadão. Apesar das assimilações culturais, graças à tradução da *Torá* para o grego e ao trabalho realizado nas sinagogas, os judeus, mesmo distantes de Jerusalém, conseguiram preservar muito de seus costumes. Uma das características judaicas que mais causavam estranhamento em relação aos habitantes de Alexandria dizia respeito à religião, que diferia das demais religiões praticadas na cidade, visto que exigia algumas prerrogativas dos praticantes, como a crença em um deus único, a ausência de imagens, a circuncisão masculina, o descanso sabático e as regras alimentares. Enfim, uma gama de elementos que geravam variadas reações no restante da população, que iam desde a incompreensão à intolerância (WILLIAMS, 2004, p. 48; TCHERIKOVER, 1959, p. 346; GOLDBERG; RAYNER, 1989, p. 85).

A chegada de Roma

Em 30 a.C., Otaviano conquista o Egito e impõe uma ampla reorganização administrativa.² Alexandria, que havia sido por séculos a “capital” financeira e cultural do Mediterrâneo oriental, se transformou na capital da província do Egito. Três anos após a anexação, o Egito foi incluído entre as chamadas “províncias imperiais”. Mas a peculiaridade do local fez com que Augusto o tratasse de modo distinto. Dentre os diversos fatores que tornavam o Egito uma província especial, destaca-se a sua importância econômica — afinal, era o maior produtor de cereais do Mediterrâneo e o maior exportador de trigo para Roma. Tal poder econômico poderia ser utilizado com finalidades bélicas, fornecendo apoio material (armas, suprimentos, dinheiro) para custear revoltas (MILNE, 1924, p. 2).

Além das questões econômica e militar, que por certo influenciaram as decisões de Augusto, enfatizamos também o “estado” em que se encontrava o Egito, sobretudo Alexandria. Otaviano, ao chegar à região, em 30 a.C., encontrou os sistemas econômico, político e administrativo totalmente desestruturados. Os últimos anos de reinado dos

² Otávio, Otaviano e Augusto são três formas onomásticas para o mesmo indivíduo. Otávio, cidadão romano, nascido em 63 a.C., mudou de nome após a morte de Júlio César em 44 a.C., tornando-se Otaviano, líder republicano que enfrentou Marco Antônio e conquistou o Egito em 30 a.C.; o título de Augusto, primeiro imperador de Roma, foi adotado a partir de 27 a.C. (LOBIANCO, 2006, p. 44-45).

Ptolomeus foram marcados por crises de sucessão, perdas territoriais, revoltas e guerras civis. A capital, Alexandria, sede da realeza, foi o local de constantes batalhas que resultaram em incêndios e destruição de edifícios públicos. A situação política também era instável, afinal os romanos eram tidos como dominadores e a população egípcia, de modo geral, principalmente os habitantes de Alexandria e das grandes cidades capitais de nomos, eram hostis à dominação romana; certamente ainda existiam na região partidários de Marco Antônio e Cleópatra, antigos rivais de Otaviano (WILLIAMS, 2004, p. 113).³ A necessidade de um governo forte na região para organizar a economia, restabelecer o sistema administrativo, pacificar ou inibir possíveis revoltas era premente. No entanto, para colocar em prática as medidas necessárias, Augusto precisaria exercer um controle enérgico, sob sua supervisão direta, por isso não delegou a administração do território egípcio a um senador (que poderia representar um possível rival).⁴ Fazia-se necessária uma administração pessoal, vinculada à *domus*. Por esse motivo, Augusto nomeou prefeitos para o Egito de categoria equestre e não senatorial.

No Egito romano, o prefeito era a autoridade máxima, comandava o exército e chefiava a administração civil, judicial e financeira. Era designado para ocupar a função por três anos (tempo que podia variar) e, durante esse período, deveria ter o domínio sobre todas as esferas administrativas da província, algo que dificilmente se concretizava na prática, do que adveio a necessidade de ser auxiliado por diversos oficiais, grande parte deles oriundos da região, como gregos e egípcios helenizados (VASQUES, 2005, p. 14; JONES, 1998, p. 338). Apesar de estar sujeito ao imperador e de ter de contar com uma grande equipe de auxiliares, na prática o prefeito gozava de grande autonomia e possuía uma autoridade sem equivalente em outras províncias — seu poder era limitado apenas pelo direito de recurso ao soberano. Na teoria, o prefeito deveria prestar contas periódicas ao imperador, todavia não era incomum ocorrer omissões, abusos de poder e até mesmo traição por parte de alguns prefeitos (CLÍMACO, 2007, p. 36-38).⁵

³ Com a conquista em diversas ocasiões, as autoridades romanas foram alvos de ataques. O prefeito Petrônio (24 a.C.) quase foi apedrejado até a morte pela população alexandrina (Strabo, 17. 1. 53). Na *chora*, a reação contra os romanos também ocorreu, e habitantes das cidades de *Boresis*, *Koptos*, *Karamike*, *Diáspolis* e *Ophieum*, localizadas na região da Tebaida, revoltaram-se contra coletores de impostos romanos, mas foram contidos pela intervenção das tropas do prefeito Cornélio Galo (MILNE, 1924, p. 17-18).

⁴ Os riscos da presença de figuras proeminentes em uma província rica eram notórios, por isso Augusto proibiu a entrada de senadores romanos no Egito, mesmo os que possuísem propriedades na região (MENDES, 2006, p. 32). Segundo Bowman (1986, p. 38), uma das medidas tomadas por Otaviano após derrotar Antônio e Cleópatra foi condenar à morte o senador Ovínio, que administrava as manufaturas têxteis de Cleópatra no Egito. Em 18 d.C., Germânico, sobrinho e filho adotivo do imperador Tibério, foi duramente repreendido pelo imperador por ter visitado Alexandria, violando a lei de Augusto que proibia a entrada de qualquer cidadão romano da ordem senatorial no Egito sem a permissão do imperador (MILNE, 1924, p. 26-27).

⁵ Ao analisar os problemas relativos ao abuso de poder por parte de funcionários romanos, Sherwin-White (1968, p. 91) aponta, como principal motivo de tais atos, a distância do poder central em relação ao poder local, por isso o imperador

A dominação romana foi sentida em todo o Egito e, certamente, com mais ímpeto pelos habitantes de Alexandria. As mudanças ocasionadas na sociedade alexandrina por certo contribuíram para acentuar as diferenças entre os grupos étnicos da cidade e propiciaram a irrupção de violentos conflitos com a comunidade judaica local. Quando os romanos dominaram Alexandria, gregos, egípcios e judeus conviviam em relativa harmonia há séculos; no entanto, esse cenário de coexistência não era perfeito, existia, no campo literário, por exemplo, uma hostilidade de longa data entre os grupos étnicos, caracterizada por rótulos e estigmas,⁶ e a existência dessas obras depreciativas demonstram a instabilidade e a fragilidade da organização social da cidade, fatores que se tornaram mais intensos e evidentes sob os romanos (GAMBETTI, 2009, p. 10-11).

Em Alexandria, os judeus estavam há muito estabelecidos. A comunidade judaica local era influente na economia e na vida política da cidade. O bom relacionamento com os soberanos lágidas assegurou para os judeus relativa autonomia cívica e cultural, porém a conquista romana provocou rearranjos sociais, fomentando embates entre gregos, judeus e egípcios. As mudanças produzidas na estrutura social pela chegada de um novo elemento, os romanos, contribuíram para o acirramento do conflito entre gregos, judeus e egípcios, pois alteraram uma configuração social estabelecida há séculos, provocando uma maior disputa entre os grupos sociais para a manutenção de direitos antigos e até mesmo para a obtenção de novos. A partir da chegada dos romanos (30 a.C.), a questão da posse da cidadania alexandrina passou a ser objeto de disputa, porquanto possuir tal *status* deixou de ser apenas um privilégio honorário que permitia a participação na vida pública da cidade, passando a implicar diretamente a incidência de impostos, como a *laografia*.⁷ Os habitantes foram divididos em categorias jurídicas nas quais romanos e gregos eram privilegiados em detrimento dos outros componentes da população, causando um recrudescimento das diferenças entre os grupos étnicos de Alexandria (TCHERICOVER, 1959, p. 311).

dependia demasiadamente da honestidade de seus funcionários, pois os seus meios de dar força a sua vontade à longa distância eram bastante inadequados. Existem relatos de prefeitos que foram punidos por imperadores devido à desobediência ou por exaltação pessoal, como o prefeito Cornélio Galo, que após suas conquistas no Egito realizou inscrições trilingües (latim, grego e hieróglifos) em templos para comemorar suas façanhas. Tal presunção não foi bem vista por Augusto que o afastou do cargo e proibiu seu acesso a províncias imperiais; depois de algum tempo, Galo acabou cometendo suicídio (GRUEN, 1996, p. 148). O imperador Cláudio repreendeu o prefeito Emílio Reto por efetuar coletas de impostos abusivas (MILNE, 1924, p. 25).

⁶ Flávio Josefo, na sua obra *Contra Apionem*, evidencia as principais acusações feitas por escritores helênicos contra os judeus. Alguns dos escritores apontados por Josefo, como Manethon, Lisímaco, Cheremon e Ápio estão ligados a tradição de antijudaísmo circulante em Alexandria desde o século III a.C.

⁷ Esse tributo recaía sobre todos os homens adultos, incluindo os escravos, entre os 14 e os 60 anos. Essa tributação era atrelada a critérios que se baseavam na origem étnica dos indivíduos, no grau de helenização e no local de residência (CLÍMACO, 2007, p. 43-44).

Sob o reinado de Calígula a situação judaica ficou comprometida. Os judeus, em virtude de seu monoteísmo, não reconheciam a existência de outras divindades nem mostravam respeito por elas, mas deixar de adorar os deuses locais possuía implicações de cunho político. O judaísmo era uma religião aceita por Roma e até mesmo protegida por uma série de privilégios que isentavam os judeus de qualquer ato do culto greco-romano. Por essa razão, os judeus não poderiam deixar de manifestar seu desagrado diante de um soberano como Calígula, que buscava ser adorado por todos os segmentos da sociedade imperial, incluindo os judeus.⁸ A comunidade grega e a egípcia de Alexandria souberam tirar proveito da situação, fomentando acusações junto ao prefeito da cidade, Flaco,⁹ o que resultou em violentos ataques aos judeus e suas instituições.

O espaço pode ser definido como uma das dimensões existenciais do ser humano, pois a maior parte das ações humanas abrange um aspecto espacial. O espaço atua como um formador e um afirmador de identidades, uma vez que interagimos com ele a todo momento. Por meio de uma relação de mão dupla, nós o moldamos e somos moldados por ele, e nessa atuação sobre o meio, nessa prática do espaço, ocorre a individualização dos limites e das fronteiras socioculturais: o grupo ou o indivíduo passa a exprimir a si mesmo e a construir a sua identidade (LESSA; CODEÇO, 2011, p. 42; NAVARRO, 2007, p. 4-6).

A vida social se inscreve no espaço e é feita de ação sobre o meio ambiente e de interação entre os homens (CLAVAL, 1979, p. 11). Nem todas as formas de contato social são pacíficas, a exemplo do conflito, que é um modo de interação entre pessoas na qual é comum o recurso à violência. Sttopino (1998, p. 1291-1292) define a violência como uma intervenção física intencional de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo, com o objetivo de destruir, ofender e coagir. A violência pode ser direta, quando atinge de forma imediata o corpo da vítima, e indireta, quando altera suas possibilidades ambientais. Portanto, não existe violência sem interação e não existe interação sem espaço, o que percebemos no Conflito de 38 d.C., em que gregos, egípcios e judeus se relacionaram de forma violenta dentro do território de Alexandria. Da mesma forma que o espaço, a violência contribui para a fixação da identidade, visto reforçar o sentimento de pertença e de consciência grupal. A identificação de um inimigo comum delimita barreiras, evidencia diferenças e ajuda a "cimentar" a união entre os membros, reforçando assim a ideia de identidade grupal (STOPPINO, 1998, p. 1297).

⁸ Segundo Filo, Calígula queria ser comparado a diversas divindades; para tanto vestia roupas e portava instrumentos que imitavam os utilizados por semideuses e deuses, como Hércules, Castor e Pollux, Dionísio, Hermes, Apolo e Ares (*Legatio ad Gaium*, 11. 78-84; 13. 93-99).

⁹ Avílio Flaco foi nomeado pelo imperador Tibério como *praefectus* do Egito em 32 d.C. e ocupou essa função até o ano de 38 d.C., quando foi condenado à morte pelo imperador Calígula.

A ocupação dos edifícios: ginásio, teatro e sinagoga

O ginásio foi um dos locais utilizados para a prática de violência contra os judeus. A palavra “ginásio” é oriunda do grego *gymnoi* e significa “totalmente desnudo”, fazendo alusão ao local destinado à prática de atividades atléticas e militares. O ginásio, como instituição, representa um dos traços mais característicos da cultura grega, configurado na importância atribuída à ginástica e ao atletismo na formação e na vida do cidadão, tornando o indivíduo parte de uma coletividade maior, a *pólis* (SENNETT, 1997, p. 41-42).

Do ponto de vista arquitetônico, o ginásio é um componente fundamental das cidades gregas; sua localização (dentro ou fora da cidade) e composição (pista, salas, banhos, palestras) no decorrer dos séculos esteve atrelada às suas atribuições funcionais. Até o final do século V a.C., os edifícios de ginástica se localizavam nos arredores das cidades, e tal localização é explicada pelas atividades desempenhadas nos ginásios: destinavam-se a exercícios e treinamentos que necessitavam de amplidão espacial e de acesso à água, por isso ficavam próximos a rios e fora dos muros da cidade. Os antigos ginásios possuíam uma estrutura arquitetônica modesta, composta de pistas e locais de treinamento ao ar livre, poucos vestiários e alguns altares destinados a atividades religiosas. No decorrer do século IV a.C., a instituição passou a ser responsável pela formação intelectual dos jovens e por funções administrativas, de modo que tal enriquecimento de atribuições tornou necessário que a localização do ginásio se aproximasse das aglomerações urbanas. Ele se tornou centro da vida intelectual e pública, e, como tal, não podia ficar distante, ocupando então um espaço dentro da cidade (MARTIN, 1956, p. 2-4).

Uma vez encravada no perímetro urbano e servindo de sede para atividades atléticas, intelectuais e administrativas, a estrutura física do ginásio sofreu transformações, ficou mais complexa, reunindo espaços e edifícios, como pistas de treino, banhos e salas destinadas a cursos e conferências, locais onde artistas, filósofos, retóricos e médicos faziam suas palestras (HADAS-LEBEL, 2012, p. 15).

No Egito, os ginásios, surgiram a partir do século III a.C. e, devido à sua importância, podiam ser encontrados nas diversas cidades espalhadas pelo território egípcio. Em Alexandria, desde o período ptolomaico, o ginásio possuía grande destaque na preparação cívica e política dos gregos (SMITH, 1974, p. 108-109). O ginásio de Alexandria chamava a atenção de quem passava perto dele. Estrabão, ao descrever os edifícios que se localizavam no bairro grego Brucheion, ocupado por belas e imponentes construções, como palácios, a biblioteca e o museu, relata que “[...] a cidade de Alexandria é repleta de edifícios públicos e sagrados. O mais bonito deles é o ginásio, com pórticos superiores a um estádio de extensão” (Strabo, 17, 1, 10). Pela descrição fornecida por

Estrabão, o ginásio de Alexandria possuía dimensões monumentais. Para além de beleza e estética, uma estrutura monumental constrói um discurso visual do poder político, pois a escala e a elaboração do edifício estão acima da sua necessidade prática, ou seja, estão além das necessidades funcionais para o bom desempenho das atividades atribuídas ao local, fazendo com que a construção monumental se destaque em meio ao ambiente construído (FLORENZANO, 2009, p. 45-47).

O ambiente construído comunica identidade e *status*, estabelece hierarquias, nele se materializam os traços organizacionais de uma sociedade (KORMIKIARI, 2009, p. 139). A magnitude física e a centralidade topográfica do ginásio de Alexandria demonstravam ainda, na época de Estrabão, a antiga glória dos reis ptolomaicos e apontavam também para a importância atribuída pelos gregos à sua cultura, à formação de seus cidadãos, tanto nos aspectos cívicos como nos culturais e esportivos, de forma que a localização espacial do edifício (região ilustre da cidade) demonstra que a instituição ocupava posição central na esfera identitária dos cidadãos de Alexandria. A estrutura monumental é uma forma visível e durável de expressão de poder de uma camada hegemônica de determinada sociedade (HIRATA, 2009, p. 122).

Desde muito cedo, devido à ausência da *boulé*, os membros do ginásio, sobretudo sua elite representada por seus diretores, usavam a instituição como forma de exercer representação política na cidade, às vezes até mesmo opondo-se às autoridades estabelecidas, tanto no período ptolomaico, quanto no romano. Como espaço constitutivo da identidade grega, o ginásio foi o local de onde partiram as primeiras manifestações de repúdio em relação aos judeus, pois, segundo Filo, a multidão tomou a visita de Agripa como pretexto,¹⁰ passando o dia no ginásio, escarnecendo do rei e formulando gracejos (*In Flaccum*, 34). Filo relata uma encenação ocorrida no ginásio.

Existia um louco chamado Carabás [...] que passava os dias e noites desnudo a caminhar pelas ruas, fizesse frio ou calor, e era motivo de diversão para crianças e jovens ociosos. Conduziram este infeliz ao ginásio e o colocaram num lugar elevado, para que ficasse à vista de todos. Alisaram uma folha de papiro em forma de coroa e a colocaram em sua cabeça. Cobriram-lhe o resto do corpo com um tapete, para servir de clâmide e, como cetro, alguém lhe deu um pequeno ramo de papiro [...]. Quando ele recebeu as insígnias reais e foi disfarçado de rei, como nas apresentações teatrais, um grupo de jovens, portando bastões sobre os ombros semelhante a lanceiros, rodearam-no de ambos os lados, simulando uma guarda real. Outros se aproximaram em seguida, uns para saudar, outros clamando por justiça, e alguns como que para consultá-lo sobre assuntos de Estado. Da multidão que o rodeava ecoou em seguida um grito absurdo de *Marin*

¹⁰ A razão imediata dos distúrbios ocorridos em 38 d.C. foram as perturbações ocasionadas pela visita de Herodes Agripa que, ao retornar de Roma após ter recebido de Calígula o direito de governar parte das terras, pertencentes no passado a seu avô, Herodes, o Grande, passou por Alexandria, onde foi recebido com pompa e júbilo pelos judeus da cidade (ATKINSON, 2006, p. 43).

(pois assim chamam o rei na Síria) e sabiam que Agripa era de origem síria e que reinava sobre uma grande parte do território da Síria. Ao escutar, ou melhor, ao ver tais coisas, Flaco deveria não só ter detido e colocado na prisão o louco [...], mas também ter punido os que arquitetaram aquela farsa [...] (*In Flacc.*, 36-40).

Tal encenação coloca em evidência a defesa da identidade grega, afinal o ginásio era a “porta” de acesso à cidadania grega, era um local exclusivo dos cidadãos gregos de Alexandria e, portanto, proibido aos judeus. Os gregos utilizaram esse espaço que lhes era tão significativo para demonstrar o seu poder e para afirmar a sua cultura, rebaixando assim os judeus e satirizando Herodes Agripa, que talvez fosse um dos representantes da etnia judaica mais importantes no cenário do Império Romano.

Outro local utilizado pelos gregos e por egípcios durante o Conflito de 38 d.C., no ataque aos judeus, foi o teatro. A palavra “teatro” é derivada do vocábulo latino *theatrum* que, por sua vez, se origina do grego *theatron*, significando um lugar reservado para performances visuais (SEAR, 2006, p. 1). O surgimento do teatro ocorreu no século VI a.C. e estava relacionado a cerimônias do culto dionisíaco. A estrutura arquitetônica dos primeiros teatros era pouco complexa, reduzindo-se a uma esplanada, às vezes lajeada, embora geralmente fosse de terra batida. Havia um altar de Dionísio na área central e os espectadores se aglomeravam em torno do local, seja sobre andaimes de madeira, seja nas encostas do terreno em que o teatro era construído. Elementos em pedra foram introduzidos ao longo do século IV a.C. para substituir as partes de madeira. No entanto, maiores transformações arquitetônicas surgiram com a introdução de técnicas romanas (MARTIN, 1956, p. 8-9).

Grande parte das informações sobre teatros construídos em solo egípcio advém das fontes escritas, uma vez que poucos vestígios arqueológicos foram encontrados, a exemplo do teatro de Oxirrinco e de um pequeno teatro helenístico descoberto em Alexandria, nas escavações realizadas por arqueólogos ligados ao Centro Polonês de Arqueologia Mediterrânea, na década de 1960 (SEAR, 2006, p. 105). Esse teatro, localizado no centro de Alexandria, não é o mesmo que foi utilizado pelos gregos no Conflito de 38 d.C., do qual só possuímos informações por meio de fontes literárias, como os escritos de Estrabão. O grande teatro de Alexandria, dedicado a Dionísio, situava-se próximo ao complexo palaciano, instalado no flanco de uma colina do bairro Brucheion, com vista para o porto principal e para a Ilha de Faros (Strabo, 17, 1, 9). O aproveitamento de uma encosta que facilitaria a construção e a visibilidade, permitindo ao espectador contemplar boa parte da cidade, é um traço característico dos teatros gregos e helenísticos (MARTIN, 1956, p. 9-12).

O teatro de Alexandria foi o edifício mais utilizado pelos gregos durante o ataque aos judeus, pois serviu de espaço para se fazer pressão política sobre o prefeito romano,

Flaco, e como palco para torturas e humilhações perpetradas contra os judeus. Conforme mencionamos, as primeiras atitudes dos gregos em represália aos judeus ocorreram no ginásio, um espaço essencialmente grego, de acesso restrito às outras etnias. O teatro, por sua vez, tinha um significado diferente, pois seu uso não era exclusivo, mas atendia a um público amplo, sendo acessível a todos os setores da população alexandrina (ALSTON, 1997, p. 169; CODEÇO, 2010, p. 174).

No contexto do conflito, Filo (*In Flacc.*, 41) relata que a multidão “[...] se concentrou no teatro desde o amanhecer, comprando Flaco com honrarias miseráveis, que este, na sua febre de glória, vendido, aceitou [...]”. O teatro, além de ser um local destinado à comédia, às tragédias e aos mimos, também servia como lugar de manifestação pública, já que facilitava a interação entre o povo e as autoridades municipais e imperiais. Nesse local, a população poderia se dirigir ao prefeito, em aclamação. Filo (*In Flacc.*, 41), tratando do conflito com os judeus, narra que os presentes ao teatro “gritavam em uma única voz exigindo que se erigissem estátuas nas sinagogas”, pedido que foi aceito por Flaco.

O teatro possuía uma integração profunda com o cotidiano da cidade. Nele, aconteciam as principais festividades e espetáculos; tais eventos não eram apenas voltados para a diversão, mas também possuíam um viés político e social. O teatro se configurava como um espaço privilegiado de manifestação política, pois as exposições públicas permitiam a participação ativa dos espectadores, que ovacionavam ou vaiavam, interagindo, assim, com a apresentação. É importante ressaltar que, nessas cerimônias, a principal forma de comunicação utilizada era imagética, portanto de fácil entendimento para as pessoas presentes, não importando o nível social, o que facilitava o poder de persuasão e a obtenção de apoio e consentimento do público em relação a determinados temas (GONÇALVES, 2008, p. 29).

Segundo Stoppino (1998, p. 1292), intervenções físicas podem ser empregadas como um meio de se exercer e demonstrar poder, o que fica constatado quando a violência é utilizada sob forma de castigo corporal. Os gregos utilizaram o teatro para exibir seu poder social, para evidenciar um consenso — a unidade em torno da repreensão aos judeus —, valendo-se desse espaço para punir não apenas os líderes da comunidade judaica, mas até mesmo mulheres dessa etnia (*In Flacc.*, 95-98). Segundo Filo, Flaco mandou prender alguns anciãos, membros do conselho judaico, e os enviou para expô-los e castigá-los na presença de seus inimigos, que se encontravam reunidos para assistir ao espetáculo.

Ordenou em seguida que os despiassem a todos e que fossem açoitados com chicotes, um castigo aviltante, geralmente reservado aos piores criminosos. Devido à violência dos golpes, alguns morreram de imediato, no momento em que eram

transportados em macas. Outros padeceram durante prolongado período de tempo, que perderam totalmente a esperança de salvação (*In Flacc.*, 75).

Além da grande violência sofrida pelos judeus, Filo relata a humilhação provocada pelo tipo de chicote empregado na punição. Em Alexandria, uma das maneiras de se demarcar a diferença social atrelava-se à forma de execução das penas judiciais. Filo conta que a humilhação foi maior porque Flaco ordenou que fossem usados, no flagelo, chicotes que normalmente eram utilizados para castigar os egípcios de estatuto inferior, sendo que o costume era castigar-se os judeus com chicotes reservados aos homens livres e cidadãos (*In Flacc.*, 76-80).

O teatro, durante o Conflito de 38 d.C., foi convertido em um local de punição e de entretenimento, ao mesmo tempo. Desse modo, o castigo aos judeus constituía uma verdadeira atração que, segundo Filo, dividia-se em partes distintas:

A primeira parte da atuação durava desde o amanhecer até a terceira ou quarta hora, e consistia em judeus chicoteados, dependurados, torturados na roda, espancados e conduzidos pelo meio da orquestra em direção à morte. Depois desta exibição, entravam os bailarinos, os mimos, os flautistas e todos os outros divertimentos próprios das competições teatrais (*In Flacc.*, 85).

As cenas que o teatro oferecia ao público reproduziam aspectos da vida diária, das práticas sociais cotidianas, com os seus conflitos (CODEÇO, 2010, p. 173-174). Durante o episódio de 38 d.C. verificamos, de modo inequívoco, que o teatro reproduzia, de certa forma, os principais pontos de atrito existentes na sociedade alexandrina, incluindo as questões políticas, quando os gregos, como grupo social mais bem posicionado perante os romanos, usavam sua força e seu prestígio para pressionar o prefeito em benefício próprio, obtendo assim o aviltamento de antigos privilégios judaicos. O teatro evidenciava também as mudanças sociais, como o rebaixamento dos judeus, uma vez que os gregos castigavam os líderes da comunidade judaica da mesma forma como se castigariam os egípcios criminosos; por fim, demonstrava a intolerância aos costumes culturais dos judeus, pois ao deixar os anciãos nus, exibiam a prática da circuncisão, marca masculina dos judeus; quanto às mulheres, obrigavam-nas a comer carne de porco, o que era proibido pelas leis dietéticas.

Conforme ressaltamos, após uma reunião no teatro entre parte da população alexandrina e o prefeito Flaco, ficou decidido que fossem colocadas imagens do imperador Calígula nas sinagogas. A palavra "sinagoga" tem origem no grego *proseuche* e significa sala ou casa de oração. O surgimento da sinagoga tem sido apontado para o período de exílio babilônico, no século VI a.C., funcionando para os judeus da Diáspora,

longe de sua terra natal, como um substituto para o Templo, que havia sido destruído por Nabucodonosor em 586 a.C., durante a invasão de Jerusalém (RUNESSON; BINDER; OLSSON, 2008, p. 6; LOBIANCO, 2006, p. 246). No período helenístico-romano, o termo “sinagoga” foi usado para se referir à comunidade religiosa, seu edifício comum, ou ambos (LEVINE, 2000, p. 1; RAJAK, 2009, p. 111).

A sinagoga apresentava algumas características que contribuíram para a sua ampla difusão, uma das quais era a mobilidade espacial, pois, diferentemente do Templo, podiam ser construídas livremente, o que permitia aos judeus organizarem sua vida comunal e religiosa em qualquer lugar onde habitassem. Como instituição, a sinagoga possuía critérios menos rígidos em relação à liderança, pois os chefes da sinagoga não se restringiam a uma única casta ou grupo sociorreligioso. Outro fator que colaborou para o sucesso das sinagogas dizia respeito à facilidade de acesso, pois era mais aberta ao diálogo, facilitando a participação frequente de não judeus e atraindo assim benfeitores. Por fim, a sinagoga desempenhava uma gama de atividades ligadas a atividades religiosas, sociais e políticas (LEVINE, 2000, p. 2).

Os estudos mais recentes sobre a sinagoga na Antiguidade têm-se concentrado em quatro dimensões específicas: institucional, não litúrgica, espacial e litúrgica. Os aspectos institucionais são relativos à organização administrativa e ao papel dos líderes e benfeitores. O aspecto não litúrgico se relaciona à utilização da sinagoga para o desempenho de atividades socioculturais, como local de tribunais, escolas, tesourarias e arquivos. O aspecto espacial está ligado ao estudo dos vestígios arqueológicos e arquitetônicos, suas variações e similaridades com a estrutura templária greco-romana. Por fim, o aspecto litúrgico se refere às atividades religiosas que ocorriam nas sinagogas, como a leitura sabática da *Torá* (RUNESSON; BINDER; OLSSON, 2008, p. 7-9).

O conhecimento sobre as sinagogas da Diáspora no período anterior a 70 d.C. se baseia quase exclusivamente em registros literários. Já para o período da Antiguidade Tardia, as fontes arqueológicas são mais abundantes (LEVINE, 2000, p. 7). No Egito, ainda não foi escavado nenhum edifício identificado como uma sinagoga, mas fontes literárias e epigráficas, como papiros e algumas dedicatórias aos soberanos ptolomaicos encontradas na região do Delta e do Fayum, atestam a presença de sinagogas desde o século III a.C. (HADAS-LEBEL, 2012, p. 37).

Os romanos classificavam os grupos judeus em cada cidade como *collegia* — associações. Quando César instituiu uma legislação que restringia o funcionamento dos *collegia*, exceto alguns que já estivessem estabelecidos há um longo período de tempo, as sinagogas estavam incluídas entre os isentos e, portanto, autorizadas a funcionar (FONTETTE, 1989, p. 19; RAJAK, 2009, p. 120). De fato, no que dizia respeito às questões

institucionais e não litúrgicas, as sinagogas não diferiam muito das demais organizações dos gentios, pois realizavam reuniões em locais específicos, eram financiadas por patronos, providenciavam enterro de seus mortos, serviam de alojamento para os judeus imigrantes e recolhiam doações (THCHERIKOVER, 1959, p. 303; LEVINE, 2000, p. 3).

Filo descreve algumas funções sociais exercidas nas sinagogas, como local de ensino e tesouraria (*Leg.*, 23. 156), mas enfatiza, sobretudo, a importância política da instituição na interação dos judeus com seus benfeitores e com a Casa Imperial.

O único povo [os judeus] dentre todos os que habitam debaixo do sol que privado das suas sinagogas fica impedido de mostrar piedade para com seus benfeitores [...]. Não sabeis que para os judeus do mundo inteiro as sinagogas são o centro de onde irradia a piedade para com a família imperial? Se elas forem destruídas, que outro lugar ou meio nos resta para lhes prestar homenagem? (*In Flacc.*, 48-49).

Apesar de as sinagogas possuírem características semelhantes às de um *collegium*, a ponto de as autoridades romanas as considerarem como tal, o significado dessa instituição era amplo. Afinal, uma coisa é afirmarmos que os romanos enquadravam a sinagoga da Diáspora como *collegia*. Outra coisa é sustentar que os judeus, e até mesmo os gregos e os egípcios, concebiam a sinagoga apenas sob uma perspectiva jurídica.

Como monumento judaico por excelência, o edifício da sinagoga era sempre o maior e o mais imponente dentro de uma comunidade judaica (LEVINE, 2000, p. 1). Em Alexandria, a concentração de população judaica era expressiva e Filo menciona a existência de muitas sinagogas espalhadas em cada bairro da cidade (*Leg.*, 20. 132). As sinagogas construídas em Alexandria e nos seus arredores possuíam sanção oficial dos governantes e gozavam do privilégio de *asylum*, o que as colocava em pé de igualdade com os templos pagãos da cidade (GRUEN, 2002, p. 69). As sinagogas ocupavam espaço, marcavam presença e incomodavam a ponto de rivalizar com as instituições gentias, tanto em termos religiosos, quanto em termos políticos e sociais.

O fato de algumas associações gregas terem sido proibidas de funcionar, enquanto as sinagogas desfrutavam de proteção legal, foi um ponto de discórdia entre gregos e judeus em Alexandria. Filo é muito crítico ao tratar das organizações gentias da cidade, sobretudo as lideradas por Isidoro, ginasiarca de Alexandria que atuou como embaixador grego durante o Conflito de 38 d.C. Segundo Filo, durante os primeiros anos de governo, Flaco realizou uma excelente administração e dissolveu “[...] as associações e clubes que com o pretexto de oferecerem sacrifícios organizavam banquetes nos quais homens embriagados discutiam a situação política” (*In Flacc.*, 4). Em outra passagem, Filo menciona que, na cidade de Alexandria,

[...] existem confrarias com um grande número de membros. Nelas não reina o ideal de comunidade, mas apenas o vinho puro, a embriaguez e os desmandos e a violência de quem está sob o efeito do álcool. As suas reuniões são chamadas de sínodos e simpósios pelos naturais da região. Em todas as confrarias, ou na maioria delas, Isidoro ocupa o primeiro lugar e é conhecido pelos títulos de: líder do simpósio, presidente do banquete e agitador da cidade (*In Flacc.*, 136-137).

No relato de Filo, as associações gentias são apontadas como local de comportamento lascivo, de desordem e focos de perturbação política, enquanto as sinagogas representariam o inverso, o que é evidenciado quando Filo compara as associações de forma implícita, dizendo que Augusto permitiu aos judeus se reunirem nas sinagogas porque elas não eram locais de conspirações e embriaguez, não perturbavam a paz, mas eram escolas de prudência e justiça, de homens dedicados à virtude (*Leg.*, 40. 311-312).

A sinagoga significava para os judeus um lugar sagrado, a casa de oração, local de ensino da *Torá* e de render cânticos de louvores a Deus (*In Flacc.*, 122). A sinagoga, como espaço físico e como instituição, era de importância singular para a comunidade judaica, por isso, no decorrer do conflito, foi escolhida por gregos e egípcios como primeiro alvo a ser atacado. Dessa forma, profanaram-nas com imagens imperiais, saquearam-nas e retiraram as placas identificativas, não deixando sequer o nome, pois dessa forma as sinagogas perderiam a capacidade de representar o espaço judaico, mas depois, apropriadas e ressignificadas, transformaram-se em santuários públicos dedicados ao imperador Calígula (*Leg.*, 20. 153; *In Flacc.*, 53).

No decorrer do Conflito de 38 d.C., a necessidade de enfraquecer a comunidade judaica por meio da destruição das sinagogas se tornou algo consensual.

Reunindo-se uma multidão numerosíssima derrubaram as sinagogas [...] destruíram completamente algumas, em outras colocaram fogo, queimando as casas vizinhas. Pois nada é mais rápido do que fogo na madeira. E me calo da queima e destruição simultânea das honras oferecidas aos imperadores, os escudos e espadas de ouro, as estelas e inscrições [...]. As sinagogas que não puderam levar à ruína devido ao grande número de judeus que viviam perto, as macularam por meio da violação das leis e costumes pois, instalaram em todas imagens de Caio e, na maior e mais importante, colocaram uma estátua de bronze do imperador montado em uma velha quadriga do ginásio [...] que como dizem alguns, estava dedicada a Cleópatra antiga, bisavó da última (*Leg.*, 20. 132-135).

Os gregos e os egípcios entendiam a sinagoga como a base da vida judaica, um local de disseminação cultural e religiosa, onde os judeus aprendiam a não adorar os deuses locais, a recusar trabalho nos dias de sábado, a não comer carne de porco e a hostilizar os gentios. Além disso, as sinagogas, como construções monumentais, principalmente a que se localizava no bairro do Delta, a maior e mais decorada, transmitiam um sentimento

de imponência, disputavam com as construções gentias e representavam a identidade judaica construída em pedra no solo da cidade, por isso tinham que ser destruídas. As que não podiam ser destruídas devido à resistência dos judeus deveriam ser ao menos profanadas, não só com imagens imperiais — o que fragilizaria a relação dos judeus com as autoridades romanas, que na maioria dos casos cumpriam o papel de defensoras do judaísmo —, mas também com elementos próprios da cultura grega, como a velha quadriga do ginásio que, no passado, foi empregada para honrar Cleópatra III, bisavó de Cleópatra VII, última soberana ptolomaica.

Considerações finais

Procuramos demonstrar, neste artigo, a importância do espaço e da violência como formadores e afirmadores da identidade de gregos, egípcios e judeus em Alexandria. Alexandria se destacou muito durante o período helenístico, tornando-se uma terra de oportunidades, atraindo dessa forma pessoas das mais variadas etnias. Apesar da assimilação de elementos culturais, viver na cidade implica em estar próximo a diferentes, o que faz com que cada grupo gere estratégias e práticas para afirmar, fortalecer e defender sua identidade. Com a chegada dos romanos, ocorreu uma reorganização social, exacerbando uma situação de conflito já existente. É no espaço que as ações se desenvolvem, é um meio de interação entre as pessoas, por vezes, essa interação leva a atos de violência entre pessoas e grupos. O controle espacial tem forte consequência psicológica, envolvendo sentimentos múltiplos, como ansiedade, satisfação, orgulho e submissão, fazendo com que o estatuto social sustente-se ou manifeste-se por meio do domínio espacial.

Um dos primeiros locais utilizados para diminuir os judeus e exaltar o poder e a cultura grega foi o ginásio. O ginásio, como espaço físico e como instituição, era o elemento mais representativo da cultura grega em Alexandria. No ginásio, o jovem aprendia a ser grego. O local era destinado ao ensino e às atividades físicas, mas também era um importante espaço de manifestação política, pois, desde o período ptolomaico, na ausência da *boulé*, eram as lideranças do ginásio que tomavam as decisões políticas, o que fazia do ginasiarca um dos magistrados mais influentes de Alexandria. Como monumento, o ginásio representava o poder grego edificado no principal bairro da cidade, ofuscando até mesmo outros edifícios, como templos e palácios. Tal espaço foi o local escolhido pelos gregos para satirizar a chegada do rei Herodes Agripa em Alexandria, líder judeu que possuía grande prestígio junto às autoridades romanas.

Além do ginásio, os gregos utilizaram as dependências do teatro para pressionar o prefeito romano, Flaco, a tomar uma posição contrária aos judeus. O teatro também foi o

local escolhido para julgar, torturar, humilhar e até assassinar os judeus. Diferentemente do ginásio, que era um espaço restrito aos gregos, o teatro era aberto a todos os setores da população alexandrina e, além de ser um local destinado a festividades e espetáculos, o teatro serviu para sediar manifestações políticas, como também para castigar os judeus.

Gregos e egípcios atacaram também a sinagoga, o edifício e/ou instituição mais característico da identidade judaica. As sinagogas eram o centro da organização judaica, que sediava atividades culturais, sociais, políticas e religiosas dos judeus. Em Alexandria, existiam várias sinagogas e a mais monumental delas se localizava no bairro Delta. Tanto nos aspectos físicos quanto nos institucionais, as sinagogas incomodavam, marcavam presença, ocupavam espaço e chegavam até mesmo a rivalizar com as instituições gentias. As sinagogas representavam a identidade judaica construída em pedra e, do ponto de vista político, serviam como um canal de comunicação com os romanos. Tais características tornaram as sinagogas o principal alvo dos gentios durante o conflito, por isso muitas delas foram destruídas, não restando-lhes sequer o nome. Desse modo, privados de sua principal instituição, os judeus ficaram enfraquecidos em termos sociais, culturais e políticos. Nas sinagogas que não foram destruídas, erigiram-se imagens do imperador, o que significava uma profanação. A presença das imagens imperiais nas sinagogas colocava os judeus em uma situação delicada, pois aceitá-las seria um desrespeito à religião e retirá-las seria um desrespeito ao imperador, o que fragilizaria ainda mais a relação entre judeus e romanos, visto que estes últimos, por décadas foram, em Alexandria, os defensores dos judeus.

Referências

Documentação textual

- JOSEPHUS. *Against Apion*. Translated by John M. G. Barclay. Leiden: Brill, 2007.
- PHILO. *Legatio ad Gaium*. Translated by E. Mary Smallwood. Leiden: Brill, 1970.
- PHILO. *Flaccus*. Translated by Pieter W. Van der Host. Leiden: Brill, 2003.
- STRABO. *The Geography of Strabo*. Translated by H. C. Hamilton; W. Falconer. Vols. I-II. Livros I-XVII. London: Bell, 1903-1906.

Obras de apoio

- ALSTON, R. Philo's In Flaccum: ethnicity and social space in roman Alexandria. *Greece & Rome*, v. 44, n. 2, p. 165-175, 1997.

- ATKINSON, J. Ethnic cleansing in Roman Alexandria in 38. *Acta Classica*, v. 49, p. 31-54, 2006.
- BOWMAN, A. K. *Egypt after the Pharaohs*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- CLAVAL, P. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CLÍMACO, J. C. Cultura e poder na Alexandria romana. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CODEÇO, V. F. S. O teatro antigo grego como prática educacional: a questão do desrespeito aos deuses em Hipólito e Bacantes em Eurípedes. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 169-190, 2010.
- FONTETTE, F. *História do anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- FLORENZANO, M. B. B. Construindo o Helenismo: o tirano e a monumentalização urbanística da *pólis* grega. In: ALDROVANDI, C.; KORMIKIARI, M.; HIRATA, E. (Org.). *Estudos sobre o espaço na Antiguidade*. São Paulo: Edusp, 2009.
- GAMBETTI, S. *The Alexandrian Riots of 38 C.E. and the persecution of the Jews: A historical reconstruction*. Leiden: Brill, 2009.
- GOLDBERG, J.D.; RAYNER, D. J. *Os judeus e o judaísmo*. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.
- GONÇALVES, A. T. M. Jogos e festas no Alto Império romano. In: LIMA, A. C. C.; TACLA, A. B. (Org.). *Experiências politeístas: cadernos do CEIA*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 52-62.
- GRUEN. E. *Diaspora: Jews amidst Greeks and Romans*. Cambridge/Massachusetts/London/England: Harvard University Press, 2002.
- GRUEN. E. The expansion of the empire under Augustus. In: BOWMAN, A.; CHAPLIN, E.; LINTOTT, A. (Ed.). *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HADAS-LEBEL, M. *Philo of Alexandria: a thinker in the Jewish Diáspora*. Leiden/Boston: Brill, 2012.
- HIRATA, E. F. V. Monumentalidade e representações do poder de uma *pólis* colonial. In: FLORENZANO, M. B. B.; HIRATA, E. F. V. *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, 2009.
- JONES, A. H. M. *Cities of the Eastern Roman provinces*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- KORMIKIARI, M. C. N. O conceito de "cidade" no mundo antigo e seu significado para o norte da África berbere. In: FLORENZANO, M. B. B.; HIRATA, E. F. V. *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, 2009.
- LESSA, F. S.; CODEÇO, V. F. S. O ginásio como espaço de formação de cidadãos: as práticas esportivas na Grécia Antiga. *Phoînix*, v. 17, n. 2, p. 38-50, 2011.

- LEVINE, L. *The Ancient synagogue*. New Haven: Yale University Press, 2000.
- LOBIANCO, L. E. A romanização no Egito: direito e religião. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- MARTIN, R. *L' Urbanisme dans la Grèce antique*. Paris: A. J. Picard, 1956.
- MENDES, N. M. O sistema político do Principado. In: SILVA, G.V.; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano*. Vitória: Edufes, 2006, p. 21-51.
- MILNE, J. G. *A History of Egypt under Roman rule*. London: Methuen & Co., 1924.
- NAVARRO, A. G. Sobre El concepto de espacio. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 17, p. 3-21, 2007.
- PINSKY, J. *Os judeus no Egito helenístico*. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1971.
- RAJAK, T. *Translation and survival: the Greek Bible of Ancient Jewish Diaspora*. New York: Oxford University Press, 2009.
- RUNESSON, A.; BINDER, D.; OLSSON, B. *The Ancient synagogue from its origins to 200 C.E.* Leiden: Brill, 2008.
- SEAR, F. *Roman theatres: an architectural study*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- SENNETT, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Record: Rio de Janeiro, 1997.
- SHERWIN-WHITE, A.N. O Imperialismo Romano. In: BALSDON, J. P. V. (Org.). *O mundo romano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 80-102.
- SMITH, R. W. *The Art of rhetoric in Alexandria: its theory and practice in the Ancient World*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1974.
- STOPPINO, M. Violência. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: EDUNB, 1998.
- TCHERIKOVER, V. *Hellenistic Civilization and the Jews*. Philadelphia: The Jewish Publication Society of America, 1959.
- VASQUES, M. S. Crenças funerárias e identidade cultural no Egito romano: máscaras de múmia. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- WILLIAMS, K. *Alexandria and the sea: maritime origins and underwater explorations*. Tampa: Sharp Books, 2004.